Os estudos publicados na imprensa da Capital pelo ilustre especialista em assuntos de administração escolar, Dr. Carlos Correia Mascaro, Assistente da Universidade de São Paulo, demonstram, eloqüentemente, que estamos gastando, proporcionalmente, cada vez menos com o ensino primário e cada vez menos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, em nosso Estado.

Gastamos mais, é verdade em volume, porque o orçamento cresce e as despesas crescem vegetativamente mas gastamos menos, em números relativos, na proporção dos nossos gastos. E' que o poder público entende, muitas vêzes, ao elaborar a proposta orçamentária, que a exigência constitucional de 20% é o ideal quando, na realidade, essa exigência é apenas o mínimo que o Estado deve gastar com a manutenção e desenvolvimento do ensino. E nunca é ótimo.

Sendo assim, seria da maior conveniência e necessidade que a próxima proposta orçamentária a ser encaminhada a esta Casa viesse robustecida na parte de recursos destinados à educação, porque, sem gastar, não é possível, de maneira alguma, fazer obra séria, em matéria de educação.

Já citei, desta tribuna, o exemplo da União Soviética, que acaba de impressionar o mundo contemporâneo com sua grande façanha científica. Isto se deve principalmente, às despesas que o Estado ali destina à educação, isto é, à ciência, porque, sem gastar com a educação, jamais se poderá levar a sério o problema do ensino.

E muito bonito ouvir dos responsáveis pela obra de educação a confissão pública de que é preciso levar a sério o ensino, porém essa confissão é, geralmente lírica simbólica apenas, literária, e dificilmente se consubstancia em despesas na hora de elaborar o orçamento.

O SR. LUCIANO LEPERA (Com assentimento do orador) — Congratulo-me com V. Exa., como faço sempre, porque V. Exa., tôdas as vêzes que ocupa a tribuna e trata de assuntos relativos à educação, aborda problemas os mais importantes. Parece-me que tôda vez que eu o aparteio devo dizer a mesma coisa. Não adiantaria nada continuarmos no Brasil a tecer lôas ao valor do magistério à necessidade da educação, ao ensino, etc., enquanto o Estado, na prática, não cuida do ensino, nem da criança, nem da juventude em geral. V. Exa. disse bem: o que adiantam os discursos, conferências livros, artigos nos jornais, tudo endeusando o professor, dizendo do valor incomensurável do mestre, quando o Estado lhe paga um salário digno e compatível com a elevação do custo de vida? Que adianta todo êsse endeusamento ao ensino, se o Estado nos manda um orçamento dando dinheiro a todo mundo, menos à educação e ao ensino? Todo cidadão por mais primário que seja em política, ao abordar assuntos políticos diz o mesmo: o problema do Brasil é um só, da educação e do ensino. Mas é ingênuo em política quem faz esta afirmativa porque êle não compreende que sem dinheiro não há educação nem ensino. Nesta oportunidade, tornamos a apelar ao Govêrno do Estado e à maioria parlamentar da Assembléia Legislativa, que apoia incondicionalmente êste Govêrno, para que, da próxima vez que tivermos em mãos um orçamento enviado pelo Chefe do Executivo, não façamos o que êle deseja, mas sim, façamos com que as verbas destinadas ao ensino sejam compatìvelmente aumentadas.

O Sr. Sólon Borges dos Reis — Tem razão o nobre deputado Luciano Lepera no seu aparte. Na realidade, a responsabilidade é outra, do Executivo e do Legislativo. Até aqui, acreditei que pudesse esperar do Poder Executivo, do Estado a iniciativa nesse setor e admiti mesmo a tese de que em casos cuja iniciativa fôsse privativa do Poder Executivo, não coubesse ao Poder Legislativo oferecer emendas. Estaríamos nós na contingência de aceitar, rejeitar ou diminuir as proposições oficiais. Foi, entretanto, levantada nesta Casa, pelo deputado Hilário Torloni a tese contrária àquela de que eu me encontrava como vencido.

Tive então oportunidade de procurar o Presidente da Assembléia e elementos que considero mais encaminhados para a decisão do assunto, como, por exemplo, o nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de ouvir a opinião de S. Exas., sôbre essa controvérsia, tendo chegado, atual, à conclusão de que a matéria é realmente controversa e assim, não havendo uma decisão clara, nítida a respeito da nossa competência no plano da emenda, tomei para mim a decisão de que cabe a esta Casa decidir a sua posição, deixando ao Poder Executivo que assuma a responsabilidade da sua decisão.

O Sr. Luciano Lepera — Exatamente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS — E' assim que, daqui por diante, nas ocasiões em que me forem trazidas à consideração matérias dessa espécie, tomarei minha posição pessoal, de acôrdo com o que entendo ser a mais adequada solução do problema que interessa ao povo, à Nação e, no caso particular, ao Estado. (Muito bem!) Mais do que a minha posição pessoal nesse caso, fica a minha posição política diante dessas questões reservando ao Poder Executivo a responsabilidade de responder pelas suas atitudes.

Assim foi por ocasião da penúltima mensagem que votamos nesta Casa a respeito do problema da majoração de vencimentos do funcionalismo. A tese governamental era de que é privativo do Poder Executivo não só propor a majoração de vencimentos, como também conter as emendas do Poder Legislativo que excedessem ao que o Executivo oferecesse ao funcionalismo. E como, naquela oportunidade, foi oferecida a todos os servidores públicos civis e militares do Estado um aumento na base de 30% sôbre as tabelas anteriores, aceitei também como válida a tese de que não se abriria exceção para nenhuma categoria de servidores, aguardando-se próximamente o envio de mensagem governamental que cuidasse, categoria por categoria, de um reajustamento não mais em relação ao custo da vida, mas em relação às necessidades profissionais de cada categoria. Infelizmente, apenas uma categoria foi atendida com mensagem especial — a dos servidores militares do Estado, que se sublevaram numa atitude de exigência ao Executivo no atendimento de suas necessidades. Os servidores civis, inclusive o magistério, tendo recebido disciplinadamente a decisão governamental não foram até agora atendidos nas mensagens que deveriam estar nesta Casa, nem sequer as mensagens prometidas àquelas que deveriam corrigir dentro dos quadros de ensino os erros da primeira lei de aumento de vencimentos, votada no ano atrasado, e que cometeu injustiça a várias categorias de educadores.

Tenho assim para mim que a disciplina do professorado, como a do funcionalismo, está sendo mal entendida por quem de direito. Esta sendo entendida como submissão, conformismo, quando na realidade não passa de demonstração da compreensão de seus direitos e da noção exata de seus deveres por parte dos servidores civis do Estado. Nestas condições nobre deputado Luciano Lepera, estou com V. Exa. na mesma preocupação que sustenta em sua vida política, em sua vida pública, em favor da causa da educação. Realmente não temos visto, por parte dos poderes competentes na esfera municipal estadual ou federal, nenhuma medida que possa significar seriedade no trato dos problemas educacionais. Naturalmente os poderes públicos procuram desvencilhar-se do problema atendendo à questão escolar na parte da aparência quanto ao aspecto quantitativo, porque êste é o mais visível a ôlho nú. Mas nem mesmo êste tem sido atendido na medida de suas necessidades.

Devo interromper neste instante as considerações que vinha fazendo a fim de oferecer ao meu nobre colega de bancada, deputado Cardoso Alves, a oportunidade da palavra. S. Exa., um dos parlamentares mais combativos e representativos da ideologia da bancada do Partido Democrata Cristão, virá a esta tribuna tecer considerações sôbre a Declaração de Curitiba, que mereceu da imprensa matutina de hoje comentários pouco animadores. Sei que S. Exa., com as luzes que possui, com o ardor doutrinário que o tem inspirado na vida pública, prestará os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cardoso Alves, pelos doze minutos que restavam ao nobre deputado Sólon Borges dos Reis.

— (Assume a Presidência o Sr. Lincoln Feliciano)

O SR. CARDOSO ALVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, inicialmente a minha palavra de agradecimento às referências que sôbre a minha pessoa foram formuladas neste instante pelo meu eminente líder de bancada, o ilustre deputado Sólon Borges dos Reis.

Venho à tribuna neste instante, conforme afirmou S. Exa., a fim de cumprir o dever partidário de esclarecer melhor ao ilustre articulista do jornal "O Estado de São Paulo" pontos consubstanciados na Declaração de Curitiba, promulgação da última Convenção Nacional do Partido Democrata Cristão.

Em seu número de hoje, o prestigioso jornal "O Estado de São Paulo", em sua parte "Notas e Informações" publica um editorial sob o título "As contradições dos democratas-cristãos" ocupando-se logo a seguir de um exame subjetivo dos acontecimentos políticos de nossa terra e das diversas conseqüências que emanam da redemocratização do país e das tendências partidárias que vêm sendo expressos pelas nossas agremiações em face de sua atuação na vida pública. Em seguida "O Estado de São Paulo" passa a analisar concretamente pontos não pròpriamente doutrinários, mas programáticos constantes da Declaração de Curitiba, publicada pelo meu partido e lida por mim desta tribuna.

Afirma o grande jornal:

(Lê) "O primeiro, naturalmente é uma profissão de fé nacionalista. E logo aqui nos acode objetar o seguinte: como é que um partido que a si mesmo se apelida de Cristão cujos princípios filosóficos tem necessàriamente de entrazar-se na doutrina da Igreja Católica, essencialmente universal e ecumênica, consegue conciliar êsses princípios com uma atitude manifestamente xenófoba".

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. deputados, que carece de razão a afirmativa de "O Estado de São Paulo". A atitude nacionalista não é uma atitude xenófoba, não é uma atitude egoísta. (Muito bem!) O que acontece é que o jornalista laborou em equívoco tomando por nacionalismo — e isso me parece muito natural, porque a diferença pode parecer sutil à primeira vista — o nacionalismo autárquico, que inspirou Hitler e Mussolini e tantos outros ditadores. Existe mesmo êsse nacionalismo em que as tendências político-econômicas se fundam sôbre si mesmas para fortalecer autàrquicamente uma nação e para projetá-la no concerto das nações contra tôdas as demais. E' o que ocorreu com o nazismo e com o fascismo com o fortalecimento superior da Alemanha e da Itália para que depois essas nações, afirmando a sua liderança egoísta e personalista se lançassem contra todo o mundo. Mas há um outro nacionalismo, nacionalismo que não é autárquico, que é generoso e por isso mesmo é universal e ecumênico que reclama a atenção dos homens presentes no cenário da vida pública. E é justamente por ser cristão que o Partido Democrata Cristão se afirma nacionalista. E é justamente por projetar-se na vida pública em função do grande móvel que o inspirou, que é a fraternidade que decorre das pregações evangélicas, que o Partido Democrata Cristão faz sua profissão de fé nacionalista. Não é nacionalista autárquico, mas sim nacionalista generoso, autêntico, ecumênico e universal. O Partido Democrata Cristão se afirma nacionalista porque acha que o nacionalismo é o fortalecimento de um povo que vive no mesmo território segundo as mesmas tradições, falando as mesmas línguas inspirados pelos mesmos princípios de religião e ideologia.

Que busca se fortalecer para com o seu fortalecimento político e econômico, conseguir a promoção do ser humano na vida social, política e econômica, tendo a vida política como meio, a vida econômica como instrumento e a vida social como fis da promoção humana do elemento autóctone e nacional. Se não nos preocuparmos primeiramente com os nossos irmãos, que vivem dentro das mesmas fronteiras conosco, como nos preocuparmos com os irmãos de fora, como nos preocuparmos com os estrangeiros?

Mas esquece-se o "Estado de São Paulo" de que o nosso fortalecimento, de que a nossa promoção humana não exclui a vida digna dos outros povos. Queremos, sim, formar um terceiro bloco internacional, distante do imperialismo, para promoção dos países sub-desenvolvidos de todo o Universo. O nacionalismo brasileiro não é antagônico ao nacionalismo boliviano, ao nacionalismo peruano, ao nacionalismo dos países afro-asiáticos e ao nacionalismo de todos os países latino-americanos. Não. Somos nacionalistas porque queremos promover o homem no seio da nossa sociedade. Não só na sociedade brasileira, como também na sociedade ecumênica comum a todo o universo e a todo o homem. E isto deflui do pensamento cristão, do pensamento democrata-cristão. Somos, sim — respondendo a outra parte da crítica formulada pelo "Estado de São Paulo", na Declaração de Curitiba — somos, sim contra os imperialismos, porque reconhecemos a existência de dois imperialismos, de dois países super-desenvolvidos e poderosos: o americano do norte e o país oriental. Tanto a Rússia como os Estados Unidos da América do Norte reclamam uma reação dos países sub-desenvolvidos contra o seu duplo imperialismo: o imperialismo comunista e o imperialismo capitalista. Daí, situar-se o Partido Democrata Cristão numa terceira posição, que não é sòmente sua, pois que hoje é reclamada por quase todos os estadistas de larga visão panorâmica em todo o mundo. Êsse pensamento é de Nehru, de Nasser, de todos os líderes latino-americanos: a formação de um bloco de terceira posição, equidistante do imperialismo russo e do imperialismo americano. Ou pretende o "Estado de São Paulo" que não haja êsses imperialismos? Pretende o "Estado de São Paulo" que o Brasil vive realmente na plenitude de suas possibilidades face aos Estados Unidos? Pretende o "Estado de São Paulo" que os países latino-americanos são autônomos e soberanos face ao imperialismo russo?

Assim sendo a terceira posição dos democratas cristãos, condizente com a terceira posição de todos os homens lúcidos dos países sub-desenvolvidos, é absolutamente legítima. Não queremos continuar a ser mercado consumidor da grande nação do norte. Não. Queremos desenvolver a nossa nação, na medida de suas grandes potencialidades. Por isso somos nacionalistas e somos contrários a todos os imperialismos, partam êles de onde partirem. (Muito bem.) Como achamos que são parcas as possibilidades de investimento do Brasil e dos demais países latino-americanos para desenvolver suas próprias economias, conclamamos a conjugação de esforços dêsses países, numa união de tôdas as suas fôrças, numa política partidarista, pregando a integraãço político-social e econômica da América Latina. Não foi esta a ação dos Estados Unidos da América do Norte? Acaso não se reuniram todos os estados americanos para formar os Estados Unidos, numa integração político-econômica? Não foi esta a ação de Nasser, quando juntou sob o mesmo govêrno e orientação todos os países subdesenvolvidos de natureza árabe? Não foi esta a política de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quando juntou todos os países russos sob a mesma tutela governamental, sob as mesmas tendências ideológicas, políticas e econômicas? Assim preservando a soberania política, queremos que o Brasil se alie aos demais povos latino-americanos para aumentar as suas possibilidades de investimento e também as possibilidades de resistência face a êsses imperialismos.

O Sr. Magalhães Prado (Com assentimento do orador) — Sr. deputado, a propósito do editorial do jornal "O Estado de São Paulo" de hoje criticando severamente os princípios adotados pel Partido de V. Exa., para solução dos problemas econômico-sociais, desejamos reiterar perante esta Casa, em nome do Partido a que sou filiado, a U.D.N., e no meu próprio, que em decorrência de nossa formação democrática, respeitamos as diversas correntes de opinião. Reconhecemos mesmo a necessidade do livre debate, como pressuposto básico para o encaminhamento de qualquer solução para os problemas do nosso país. Neste sentido, considerando salutar para a democracia brasileira a preocupação demonstrada pelo aludido jornal, de contribuir para o esclarecimento da opinião pública. Entretanto, divergimos totalmente dos conceitos emitidos pelo conhecido órgão de imprensa, insurgindo-se contra a adoção de princípios adotados na Convenção de Curitiba pelo partido de V. Exa. e que constam do programa do nosso partido aprovado pela "VI Convenção Nacional Extraordinária", em 24 de novembro de 1959.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede licença para informar ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O Sr. Rocha Mendes Filho (para reclamação) — Sr. Presidente, estando inscrito para falar, por permuta com o nobre deputado José Costa, cedo três minutos do meu tempo ao nobre orador.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre deputado Magalhães Prado em aparte ao nobre deputado Cardoso Alves.

O Sr. Magalhães Prado — Tanto é verdade que, em 20 de abril de 1959, manifestei-me nesta Casa favoràvelmente àquelas medidas como, aliás, também o fizeram diversos outros deputados da nossa agremiação. Ademais, o representante udenista no atual govêrno do Estado, Secretário da Agricultura, José Bonifácio Nogueira Coutinho, tem-se manifestado em várias ocasiões de forma semelhante, sem falar na arrojada iniciativa de S. Exa. lançando ao debate o contravertido tema de reforma agrária, com todas as suas necessárias e indispensáveis implicações tributárias, no que se refere à incidência do impôsto progressivo sôbre grandes propriedades com baixo índice de produtividade. Temos, pois, Srs. deputados, que o liberalismo econômico, hoje, é, felizmente adotado por poucas pessoas neste nosso querido País.

O SR. CARDOSO ALVES — Embora adotado por poucas pessoas, em nosso querido país, como afirma V. Exa., o liberalismo econômico ainda nos dita normas e exerce sua influência nefasta em todos os setores da nossa vida social e econômica. (Muito bem!)

Quero agradecer o aparte de V. Exa., ressaltando ainda que, se V. Exa. falou em nome da União Democrática Nacional isto cresce em nossa consideração e prestigia realmente o nosso pronunciamento neste instante. Queria, ainda, complementando seu aparte sôbre a posição do Secretário da Agricultura, Dr. José Bonifácio Nogueira Coutinho, reafirmar a V. Exa. que, na manhã de hoje, S. Exa. congratulou-se com a direção estadual do meu Partido pelas medidas tomadas em Curitiba. Assim sendo, parece que o "Estado de São Paulo", neste transe, não reflete o pensamento da União Democrática Nacional.

Mas, vai além o articulista: Afirma que o Partido Democrata Cristão, entretanto, não quis ficar por aqui nas suas demonstrações de indiciado no exoterismo comunista. Há ainda na sua declaração de princípios, o esclarecimento referente a relações diplomáticas com todos os povos e a respeito do nacionalismo.

Aqui, um novo equívoco. Por sermos também nacionalistas é que queremos relações comerciais com todos os povos do mundo. Por sermos cristãos e que também queremos relações comerciais com todos os povos do mundo. E lembro a esta Casa que o próprio Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, considerou questão aberta para a Igreja essa posição. Nem poderia ser outra a posição do meu partido. Como o Partido Democrata Cristão poderia pleitear que o Brasil ignorasse mais da metade do mundo? Como pleitear que o Brasil reconheça o govêrno de Formosa, com 10 milhões de habitantes, e desconheça o govêrno russo e o da China Comunista, com 700 milhões? Seria absurdo em face do Cristianismo em face da fraternidade, em face da lógica, da política e dos próprios interêsses brasileiros. E' sabido que há intermediários internacionais vendendo nossos produtos para serem consumidos na Rússia, auferindo dessa venda grandes lucros. Por que o Brasil mesmo não efetua essa mesma operação comercial?

A seguir, invectiva a nossa afirmação de combater a remessa de